

15ª
edição**O Santinho em cuecas: dissidência política de Henrique Galvão em “Carta Aberta a Salazar” (1959)**

Por André Luiz dos Santos Vargas

Email: andreluiz_vargas@hotmail.com

Mestrando e bolsista CAPES pelo PPGH/UFG

Resumo: Uma das mais importantes obras de Henrique Galvão foi “Carta Aberta a Salazar”, pela qual expôs seu pensamento político de dissidente e opositor do regime em Portugal. Em 1947 ainda era homem do governo e publicou o “Relatório de Huíla” no qual denunciara corrupções políticas e crimes contra os povos africanos das colônias portuguesas, mas foi com a Carta – escrita enquanto estava preso – que Galvão expôs seu pensamento de forma mais informal: com sarcasmo, ataques ao regime, ataques pessoais a Salazar, denúncias e muito ressentimento. A obra foi censurada pela PIDE e vários exemplares foram apreendidos em Portugal, mas os publicados na Venezuela e Brasil sobreviveram e hoje a carta-aberta é um importante documento para se compreender a oposição ao Estado Novo.

Palavras-chave: Henrique Galvão; salazarismo; escrita de si.

Abstract: One of the most important works of Henrique Galvão was “Carta Aberta a Salazar” (Open Letter to Salazar) in which he exposes his dissident political thought of the regime in Portugal. In 1947 he was still a government’s man when he published the “Huíla Report” in which political corruptions and crimes against the African peoples in the Portuguese colonies were denounced. But in the Carta – written while he was prisoner – he exposed his political thought by an informally way: with sarcasm, attacks against the regime, personal offences to Salazar, denounces and a lot of resentment. The book was censored by PIDE and several copies were seized in Portugal, but those published in Venezuela and Brazil survived and nowadays the open-letter is an important document to understand the opposition to Estado Novo.

Keywords: Henrique Galvão; salazarism; self-writing.

No dia 3 de fevereiro de 1961, Capitão Henrique Galvão comandou o sequestro do paquete Santa Maria, com centenas de pessoas a bordo. O ato logo chamou atenção da mídia internacional, a qual expôs ao mundo uma crise do Estado Novo e do salazarismo que até então era apoiado por regimes ditos democráticos no ocidente – como Estados Unidos e Grã-Bretanha. Explicitando suas intenções, Galvão influenciou na exposição do fascismo de Salazar e o isolamento internacional de Portugal, o que contribuiria para sua crise política.

Henrique Galvão começou ainda jovem sua carreira na vida política, já no período da ditadura de Sidónio Pais (1917-1918) como cadete da Escola de Guerra e apoiador do regime, tendo sido administrador do concelho de Montemor-o-Novo. Como apoiante do golpe de 28 de Maio de 1926, Galvão funda o jornal *Imparcial*, de apoio à situação, mas pelo qual expressava seus descontentamentos com o que julgava ser afrouxamentos políticos da Ditadura Militar em face de seus opositores.[1] Em agosto de 1927 apoia uma intentona conhecida como “golpe dos Fifis” e é deportado para Angola, onde escreverá relatórios e livros depois de se dedicar ao reconhecimento

exploratório de áreas inexploradas, ou nas palavras do próprio Galvão:

Em África fui o que, no conjunto de atividades, possivelmente, nenhum outro português ainda foi: deportado político, militar, viajante e explorador de terras desconhecidas, caçador, naturalista amador, político (deputado por Angola à Assembleia Nacional), etnologista amador, escritor, governador e inspetor superior da administração.[2]

Foi assim que conseguiu cargos em Angola, primeiramente como assessor do Alto-Comissário e depois governador do distrito de Huíla, marcando assim seu início como um administrador nas possessões portuguesas em África. Nessa época, em 1930, aproxima-se de Salazar – ainda Ministro das Finanças – e lhe faz publicamente elogios à sua política colonial centralizadora e nacionalista. Ainda como apoiador da política colonial, Galvão chega em 1931 a defender o trabalho forçado “indígena”, o que será combatido por ele sob forma de acusações em seus discursos e livros como dissidente. Foi conhecido funcionário colonial e apaixonado propagandista, tendo até um mapa em sua autoria intitulado “Portugal não é um país pequeno”[3], no qual sobrepe os territórios coloniais lusitanos sobre o mapa da Europa de forma a mostrar a grandeza de Portugal, como um assumido patriota. Em 1936 é nomeado inspetor superior da Administração Colonial e manterá esse cargo até sua dissidência. Em 1940 já está no auge de sua carreira e seu papel de gestor no Estado Novo e estabelece laços de confiança com Salazar, sendo considerado um de seus militares favoritos e tendo em suas mãos importantes responsabilidades pela política imperialista lusitana.

Ainda na década de 1940 começa a mostrar posições contrárias, como por exemplo a crítica à postura neutra de Portugal durante a Segunda Guerra Mundial – na qual ele defendia uma maior aproximação com a Alemanha nazista[4], logo ele que posteriormente acusará o fascismo português do regime salazarista comparando-o com as atrocidades da Itália de Mussolini e da Alemanha de Hitler[5]. De maneira progressiva, Galvão vai assumindo posições críticas e mais heterodoxas em relação ao governo Salazar. Na Assembleia Nacional, suas intervenções demonstravam certo apoio e compromisso de lealdade ao governo português, mas depois as críticas e acusações sobretudo à política colonial vão se tronando graves. São denúncias de corrupção, incompetências administrativas, denúncias de trabalho forçado em África (que outrora defendeu), falhas da justiça e da educação, corrupção do Exército e até o que chamará de “degradação dos caracteres humanos” em seu livro “Minha Cruzada Pró-Portugal: Santa Maria”, sobre as memórias do assalto.

Em janeiro de 1947, na postura de um nacionalista e patriota crítico do regime, apresenta um Aviso Prévio em que denuncia a política colonial, inclusive as condições de trabalho de africanos, bem como certo abandono de uma vasta zona em Moçambique. Dá validade às suas críticas pela sua inserção na realidade angolana. Nesse ano de 1947 apresentou relatório sobre Angola que comprometia a imagem do regime. Ainda testemunha a favor de Carlos Selvagem[6], o qual se envolveu numa tentativa fracassada de golpe e defende a legitimidade da intervenção do Exército na política interna. Segue com outro Aviso Prévio de denúncias às irregularidades existentes na política colonial, sobretudo no que diz respeito à administração em Angola.

Com todos esses fatos de críticas e acusações, Galvão é destituído de seus cargos e se encontra isolado no campo político, encontrando logo apoio na oposição moderada não-comunista. A partir daí pode-se dizer que a dissidência e ruptura de Galvão é total e se expressa em lutas e propaganda sem tréguas, mesmo estando na década de 1950 quando a imagem de Portugal no exterior ainda era sólida e tinha presença na OTAN[7], ONU[8] e posteriormente EFTA[9]. Salazar ainda contava com o apoio do presidente norte-americano Eisenhower nesse período de Guerra-Fria.

Henrique Galvão segue dinamizando a campanha eleitoral presidencial de Quintão Meireles[10], da oposição. Cria a Organização Cívica Nacional (OCN) na qual se reuniam várias correntes oposicionistas não-comunistas com o intuito de se desenvolverem atos conspiratórios contra o regime. Com a invasão da OCN pela PIDE [11], Galvão é preso e condenado a três anos de prisão. Mesmo estando preso, e com a conivência de um guarda prisional, Galvão exerce sua atividade de propagandista anti-Salazar com a confecção e circulação de panfletos e escritos de denúncias. Já em 1955 cumpre sua pena, mas é preso novamente de forma preventiva, sendo detido em hospital por questões de saúde. No hospital estabelece relações com Gal. Humberto Delgado da Força Aérea Portuguesa, convencendo-o a candidatar-se às eleições presidenciais de 1958 em um plano contra o regime, instigando

um “golpe de Estado constitucional” em um período em que o Estado Novo já começava a sofrer sua fase decadente.

Galvão foge do hospital em 1959, torna-se um perseguido político e pede asilo político na Argentina. Nesse momento a cobertura midiática internacional já mostrava o escancaramento de políticas antidemocráticas em Portugal, para além dessa exposição dentro do próprio país. Por julgar que a Argentina não era o melhor país para ser exilado, Galvão é negado no Brasil de Juscelino Kubitschek e vai para a Venezuela, onde encontra apoio do próprio governo e da Comissão venezuelana para a Liberdade e Democracia Portuguesa (CVLDP), um pequeno grupo de exilados portugueses julgados por Galvão como inativos na situação de oposicionistas políticos. Aproxima-se a grupos de exilados espanhóis contra o fascismo de Franco, na tentativa de unir esforços para ações conjuntas contra ditaduras ibéricas[12]. Da União de Combatentes Espanhóis junto ao Movimento Nacional Independente (liderado por Humberto Delgado) surge o Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL), tendo como objetivos ações diretas contra os governos.

O DRIL tinha como liderança portuguesa o próprio Henrique Galvão e como liderança espanhola Jorge de Sottomayor[13]. Tem-se a impressão de que a organização era pouco estruturada e efêmera, além de mostrar pouca homogeneidade ideológica, mas mesmo assim preocupou os governos de Portugal e Espanha com atos e projetos convictos[14]. Galvão sugeriu o apresamento do paquete português Santa Maria que fazia escalas mensais em um porto venezuelano. Estudaram e obtiveram informações e, após três tentativas abortadas por falta de recursos, puseram em prática o plano do assalto no que chamaram *Operação Dulcinea*. O objetivo inicial era conduzir o navio até a ilha de Fernando Pó, no Golfo da Guiné, a fim de atacar Luanda e constituir um governo revolucionário com o apoio de um levantamento popular branco, em um ato que se alastraria para Moçambique e depois até a própria metrópole. Por motivos vários e narrados em diferentes versões, mas com ênfase em desencontros internos do próprio grupo de assaltantes, o plano inicial foi inviabilizado.

A mídia internacional já cobria o caso e o governo português solicita intervenção das potências aliadas (EUA e Grã-Bretanha) com meios de suas Marinhas. O governo ainda solicita a captura do *Santa Maria* sequestrado e a detenção de Galvão.

Inicialmente Estados Unidos e Grã-Bretanha aceitam o pedido de Portugal, mas uma proclamação de Henrique Galvão via rádio em 24 de janeiro explicitam suas intenções políticas de um nacionalista dissidente não-comunista e em nome de democracia. Assim os governos britânico e o norte-americano (com a recém posse de John Kennedy) começam por refutar a tese de pirataria do governo português. Com a cobertura midiática o discurso de Galvão e da DRIL se espalha. Grã-Bretanha propõe-se a intervir diretamente caso o ato pusesse em perigo os próprios interesses ingleses em África. O governo de John Kennedy mantém um navio atrás do paquete sequestrado, mas não acata os pedidos de Portugal depois da fala de Galvão, dizendo que o ato da DRIL tem como princípio uma luta democrática contra um governo ditatorial, podemos dizer fascista.

Com toda a cobertura midiática sobre o caso, com os governos aliados encarando-o como problema essencialmente português, Galvão foi aconselhado a desembarcar os passageiros no Brasil antes de se chegar em África. O desembarque se dá no Brasil e o governo brasileiro de Jânio Quadros poderia não apoiar, mas dar asilo político em caso de desistência dos assaltantes em seguir seus planos de ação direta contra o regime[15].

Depois desse projeto fracassado de levar o paquete a Angola para incitar uma rebelião popular contra Salazar, o *Santa Maria* já batizado como *Santa Liberdade* foi aportado em Recife. No Brasil o Cap. Henrique Galvão ficou exilado até a sua morte em 1970. Nesse tempo publicou obras de denúncias contra o regime em Portugal – mas focalizado em denúncias contra a pessoa de Salazar – como “*Minha Cruzada Pró-Portugal: Santa Maria*”, “*O Assalto ao Santa Maria*”, “*S.O.S. Portugal: depoimento torpedeado*”[16] e “*Da Minha luta contra o salazarismo e o comunismo em Portugal*”[17].

Obviamente foram obras proibidas em Portugal e que, em geral, reiteram os ataques e denúncias feitas em “*Carta Aberta a Salazar*”, escrita ainda em privação de liberdade no Hospital Santa Maria[18]. As três primeiras edições foram impressas em Lisboa, Braga e Porto respectivamente, sendo proibidas e retiradas de circulação. A quarta edição, atualizada no período entre a evasão do hospital e o asilo na Embaixada da Argentina, tem publicação datada de 1960 como “*Edição do Movimento Nacional Independente – Delegação Especial de Caracas*”[19].

“Convido a PIDE a apreender esta.
H.G.”

I.

A carta tem como destinatário evidente Salazar, mas, como é de se considerar para o gênero de uma carta aberta, Henrique Galvão escreve ao povo português. O texto segue a lógica de que “ninguém conhece melhor o *amo* que o seu *criado* de quarto”: o remetente, que um dia foi pessoa de confiança do governante, faz denúncias, escreve suas memórias e reforça seu posicionamento como forma de pedir remissão por atos de apoio no passado. O estilo autorreferencial constitui-se como *escrita de si*.

A *escrita de si* é a constituição da memória do autor por si mesmo que se materializa a história do indivíduo e dos grupos a que pertence. A escrita de si é constitutiva da identidade do autor e de seu texto, que se criam simultaneamente através dessa modalidade de “produção do eu”[20]. Acrescento ainda que nessa identidade temos a visão de mundo do autor que, ao contrário de ser de natureza puramente metafísica ou individual, tem um grupo ou classe social como sujeito da ação intelectual, sendo o autor o indivíduo em cuja consciência a visão de mundo alcança seu máximo de clareza conceitual[21].

Recheada de ironias e conduzida pelo sarcasmo de Henrique Galvão, a carta começa em tom íntimo: “Pois é verdade, meu caro Manholas Junior: (...)”[22]. Manholas era o apelido pejorativo do pai de Salazar e que, por alguma maneira não explicada, Galvão descobriu, utilizando-se da alcunha acrescentada de “Junior” para atacá-lo durante toda a carta. O sentido é explicado no desenvolver de toda a carta, para definir Salazar como um homem tão rústico quanto seu pai, ambos vindos do ruralíssimo concelho de Santa Comba Dão. Segue o autor escrevendo em primeira pessoa e tendo Salazar como interlocutor:

(...) evadi-me das tuas garras, dos teus ódios incansáveis, da tua Gestapo toda poderosa e dos seus algozes, das tuas mordças, dos teus juizes e tribunais especiais, dos teus tiranetes enriquecidos e condecorados, dos teus gordos tubarões, dos teus idólatras mercenários, das tuas “notas do dia” e das tuas notas oficiosas, do teu exército de ocupação e respectivos generalecos, das tuas prisões e campos de concentração, do teu mercado de favores, dos teus discursos sem resposta, das tuas mentiras magistras, da tua corte de vampiros e cretinos, dos teus venais e pederastas, dos teus negreiros, dos teus eufemismos tartufescos, da tua Idade Média - enfim, da tua Oligarquia, da tua Fazenda e do teu Rebanho.[23]

Chamar a atenção para a rusticidade do “Manholas Jr.” e falar em fazenda e rebanho será o recurso utilizado por Galvão durante toda a obra para definir o tipo autoritário e autocrático de regime do Estado Novo sob o comando de Salazar: Portugal como sua fazenda e o povo português como seu rebanho. Além disso, explica-se a preferência de Salazar a uma economia de base agrária, dominada por valores tradicionalmente rurais e uma política de condicionamento industrial que impôs a Portugal consequências que limitaram suas possibilidades de modernização[24].

Nesse início de carta continua a narrar sua condição como procurado político, antecipando a probabilidade de os “idólatras de Salazar” se indignarem com sua maneira de escrever e, sobretudo, com o que está a escrever. Diz como foi seu julgamento expondo fatos nunca antes publicados oficialmente, classificando-os como injustiças. Segundo Galvão, foi um julgamento sem provas, em tribunal militar cujo juiz foi Crispiniano de Lacerda, homem considerado pelo autor como “mais um criminoso comum da oligarquia” indicado por ser de obediência a Salazar. Ainda, três anos de prisão maior e 15 anos de direitos políticos perdidos, tudo em julgamento secreto. Afirma que se negou a comparecer nos tribunais e foi obrigado a ir em colete de forças, numa maca empurrada por agentes da PIDE. Daí, condenado a mais 18 anos de prisão, “tudo isto por improvado delito de opinião”, completa[25].

A partir desse ponto Galvão expõe o poder da censura no regime e a negação à liberdade de expressão, como era a onipresente repressão no Estado Novo verificada também pela supressão de partidos e sindicatos livres, a existência da polícia política e o desenvolvimento de instituições tipicamente fascistas como a Legião Portuguesa,

a União Nacional, a Mocidade etc[26]. Todas essas características terão espaço dedicado na carta aberta mais adiante, pois neste momento da carta os ataques vão às “proezas judiciais” e as injustiças em forma de Justiça que Salazar cometia ao beneficiar criminosos e corruptos subservientes ao regime e ao condenar “homens de bem” que se desviaram do governo em opinião.

Continua a caracterização do sistema de repressão e julgamento ao contar da sua trajetória por seis cadeias – sendo uma o campo de concentração de Peniche. Também da confiscação do seu direito a trabalhar como escritor e das tentativas, segundo Galvão, de sua liquidação física, psicológica e da redução de sua família à miséria pela PIDE, durante os 2.563 dias de prisão[27]. E uma tentativa de envenenamento por arsênico fracassado como tudo agora denunciado, na opinião de Galvão, pelo fato de Salazar ser um “democrata orgânico”, tolerado da ONU e NATO[28], que o obrigava a “montar a tramoia legalmente, sem prejuízo da fachada”, como foi o assassinato de Alberto de Mira Mendes, primo do autor. De fato, Portugal e Salazar gozaram por um tempo de certo prestígio em outros países, inclusive – como dito – na OTAN e ONU[29], até o anticolonialismo ser voz dominante nas Nações Unidas em 1959/60, criando um litígio pela postura intransigente de Portugal de não aceitar interferências alheias nem censura internacional[30]. Henrique Galvão, por essa maneira, classifica sarcasticamente seu crime como “lesa majestade”, por denunciar o que era ocultado ou, como frequentemente diz, o que estava por trás da fachada:

por te haver descoberto publicamente na verdade profunda do teu ser político e moral – ‘muito devoto e nada religioso’, como diz o Antônio Sérgio –; por ter acendido mais um lampeão na escuridade dos espaços hediondos que a fachada do teu sistema protege; porque demonstrei que tinhas conhecimento pleno e eras o maior responsável dos latrocínios e do escravagismo que, contra o sentimento do país, se praticavam em Angola; porque escrevera o romancezeco ‘VAGO’; porque, noutros escritos esclareci um pouco a tua pessoa e a tua obra enfim, só por pecados de lesa majestade, por heresias contra a tua divindade, coisas que, em qualquer país civilizado dificilmente se poderiam situar dentro ou além dos textos legais punitivos de injúrias ou difamação[31].

Ou, como lhe disse seu médico na penitenciária, dr. Azevedo e Silva: “V. cometeu o mais grave dos crimes que pode cometer-se no Portugal de hoje: mostrou o **santinho**[32] em cuecas – nunca mais o largam, nunca mais”[33]. É nessa ideia que está a intenção de Galvão na carta, reforçada ao longo do texto com expressões como “desnudar”, “sem máscara”, “por trás da fachada”, “nu em pêlo”. Uma escrita de si a fim de desmistificar a personalidade do chefe do regime, em que a visão de mundo do autor é mesclada com o ressentimento pessoal de quem foi um imediato do líder e acabou sendo perseguido; em que a intenção política da obra vem com a ambiguidade de quem conheceu de perto o destinatário atacado, sendo justamente esse ressentimento o fator de veracidade dado às acusações, pela força do testemunho. Assim Galvão constitui uma identidade para si e agrega valor ao seu pensamento político ao fazer a *escrita do outro*, no caso, a figura que constrói de Salazar é necessária à construção de sua *escrita de si*, de sua própria imagem.

O ressentimento e a sua verdade por força de veracidade do testemunho parecem ser enfatizadas quanto mais se tenta justificar que os motivos por trás da carta são mais políticos que pessoais:

Talvez não valesse a pena o eu escrever esta carta se contasse simplesmente com os meus ressentimentos pessoais e se não tivesse para dizer-te senão as razões porque repudiei o Estado Novo e tôdas as mistificações tecidas pelo manhosíssimo talento que te distingue[34].

Henrique Galvão ainda assume um *mea culpa*, assumindo que fora apoiador do regime e caracterizando este passado como um pecado:

E, em absoluto, não tenho de reclamar porque tôdas as ofensas pessoais que recebi, as posso, em parte, considerar como justo castigo ou condenação do erro – senão pecado – que cometi confiando em ti e acreditando durante muito tempo que tu, criador consciente das quadrilhas que nos devoram honra e fazenda, eras apenas vítima delas[35]

Na escrita de si o autor não denega ou oculta o que todos sabem, no caso de Galvão, que apoiou o regime antes de ser um dos mais ferrenhos opositores. Ao contrário, assume em partes tal posicionamento passado, tomando-o como pecado e tendo a carta aberta como remissão, mostrando que não é mais o que já foi e, que mesmo tendo sido dos quadros do regime, fora um homem diferenciado, por isso é um dissidente. Considera então que a questão de Angola, com problemas de corrupção e maus tratos a africanos, foi fundamental para “desnudar” Salazar em sua, como diz, “*colossal mentira*”. Reitera dizendo que a questão não é pessoal, pois quem escreve não é somente o “homem barbaramente ferido no seu corpo e na sua alma” mas “apenas um português igual a todos” que se sentiram ofendidos com o regime[36]. A questão pode não ser puramente pessoal, mas claro que não posso concluir que sua visão de mundo é subordinada ou determinada por um ressentimento íntimo; antes esse é um tonificante de sua ira intelectual nesses escritos pós-prisão e dos seus atos políticos com outros opositores. Henrique Galvão só consegue se justificar escrevendo a si mesmo se o faz antes pintando Salazar como o seu tiranete; só afirma seu pensamento como *verdade* afirmando antes o de Salazar como a *mentira*.

Conclui Henrique Galvão chamando para si essa autoridade do testemunho ao escrever nove tópicos nos quais basicamente explicita que saiu do Estado Novo voluntariamente e tão pobre quanto como entrou, desertando de mãos limpas pois não foi um dos complôs encobertos pelas “notas oficiosas” de Salazar. Também diz que apenas exigiu justiça e patriotismo para que Angola não fosse lançada à crise que ocorreu e, com bastante peso, diz que nunca adulou Salazar e, mesmo que seus “braços e miolos” estivessem a serviço do regime, a sua “espinha nunca se curvou” ante a “reluzente pessoa” de Salazar[37]. Aqui já justifica tudo o que já fez e escreveu como ato de propaganda ao Estado Novo e ao próprio Oliveira Salazar como um serviço, e não a obediência que vem de seu âmago. O nono e último tópico é ilustrativo quanto a *escrita de si* como “remissão de pecados”:

9º - Finalmente: cometi o estúpido pecado de te respeitar e de, algumas vezes, te defender – quase como as tuas beatas: ‘cotadinho, êle não sabe o que se passa!’ –. Mas, como disse atrás, esse pecado paguei-o duramente e em termos que um dia brevemente, exporei desenvolvidamente. Por isto, à vista dêsse pecado, o que ora aqui escrevo para conhecimento de todos, é também, de alguma maneira, um ato de *contrição* [38].

A partir daí diz que não tem mais o que falar de si na carta, mas sim da “verdadeira obra” de Salazar. Afirma, porém, que tem autoridade e conhecimento de causa para iniciar uma retrospectiva do governo salazarista como um testemunho para a história. É a sua verdade sobre os fatos; é o que diz que aconteceu e viu; é, portanto uma escrita que ainda fala de si mesmo. Aqui ressalto uma característica metodológica ao se trabalhar a escrita de si: a de que a vida é uma história que sobrevive na memória de si e dos outros. Considerando que “a autenticidade da escrita de si torna-se inseparável da sua sinceridade e de sua singularidade” vejo que o autor tenta dar efeito de verdade, a “sua” verdade[39]. Para quem pesquisa, a escrita de si exige procedimentos típicos no que concerne a críticas às fontes históricas que, no caso da carta aberta de Henrique Galvão, não se trata de saber “o que realmente aconteceu”, mas a ótica assumida pelo registro e como o autor a expressa; não se trata de “dizer o que houve”, mas o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento[40].

II

Henrique Galvão, até para sair do tom extremamente pessoal da carta, traça uma retrospectiva do regime a partir do golpe de 1926 que lho deu início. É uma parte da carta cujo assunto foi posteriormente tratado de forma um pouco mais detalhada no capítulo primeiro (“*Salazar, o seu regímen...*”) de “Minha Cruzada Pró-Portugal: Santa Maria”. Galvão ainda mostra apreço pelo golpe ao dizer que por ele foram banidos da administração partidos os quais passionalmente colocaram Portugal em situação indesejável. O golpe foi conduzido pelo Exército mas a ele não cabia a responsabilidade de governar, segundo Galvão, que segue defendendo a corporação – a qual ainda se sentia parte, mesmo tendo sido expulso por suas atividades subversivas contra o regime – a afirmar que procuraram entregar o pesado fardo de governar a quem era de direito: os civis. Esta é uma questão controversa na historiografia, mas alguns trabalhos recentes demonstram que o ano de 1930 foi a viragem da *Ditadura Militar* para a *Ditadura Nacional*, em um governo com maioria de civis [42].

A questão do regime, ressalta Galvão, não estava em causa. Havia problemas mais instantes a serem resolvidos para a nação. Cita: finanças e administração; organização política e econômica, instituições. Problemas que para o autor, “se punham no quadro geral dos sentimentos democráticos, tradicionais, do povo e em vista a reformas sociais urgentíssimas” .[43]

Por motivos que, para Galvão, não importa recordar, a gestão financeira dos primeiros anos de Ditadura Militar foi desastrosa. Talvez pela transição de um modelo liberal em crise ao corporativismo português, em uma economia predominantemente agrária na qual o setor primário (agricultura, pesca, florestação) absorve cerca de 50% da mão-de-obra em estilo ainda obsoleto em comparação a outros países europeus[44] . A missão de mudar esse quadro foi dada a Salazar, até então professor de Finanças da Universidade de Coimbra. Foi “servido pelo ilimitado crédito de confiança que, perante o perigo e depois da humilhação de Genebra, quase toda a nação imediatamente abriu” .[45]

As suas capacidades de técnico na área de finanças fizeram com que se alcançasse o primeiro êxito orçamental no início. O período imediatamente pós-crise de 1929 teve um impacto pouco intenso e com alguma vantagem econômica: a economia portuguesa era endógena, pouco aberta, o que significava poucos investimentos de capital externo e portanto uma proteção maior contra os efeitos da fuga de capitais. Sua estrutura agrária, de praticamente autoconsumo, nesse momento foi vantajosa ao permitir alguma capacidade de absorção do desemprego. Com Salazar na pasta das finanças, o orçamento estava equilibrado, a moeda estabilizada e vários foram os investimentos em Condições Gerais de Produção: intervenção do Estado com o condicionamento industrial como forma de contenção, baixas taxas de juros fomentando o investimento, crédito industrial e agrícola, centralização de setores exportadores, reanimação discreta do mercado industrial e subsídio desemprego[46] .

Apesar dos elogios a Salazar como um técnico – uma elogio, de certa forma, à tecnocracia – na área de finanças, Galvão não se rende por aí e acusa Salazar de ter usado as melhorias dos orçamentos para construir uma imagem de si como homem providencial, pelo milagre econômico do país. Construiu daí, segundo Henrique Galvão, sua imagem de homem probo, temente a Deus e defensor de direitos e liberdades que “mais tarde negarias a todos os portugueses – direitos e liberdades que, aliás, não te faltavam”[47] . A isso trouxe-lhe o apoio popular que, movido pelo ressentimento de tempos de crise, bota-se confiança em alguma figura de líder para se salvar a nação – algo bem típico de ascensões fascistas:

Servido pelo ilimitado crédito de confiança que, perante o perigo e depois da humilhação de Genebra, quase toda a nação imediatamente te abriu – e esse é que foi o milagre coletivo que a tua vaidade nunca deixou proclamar –, não te foi difícil, pela simples aplicação dos teus conhecimentos de técnico, **e sem as dificuldades que outros técnicos eminentes haviam encontrado**, alcançar o primeiro êxito orçamental e proclamar então, mas **como teu**, o milagre coletivo da nação. Do seu fundo messiânico, a nação acreditou no **homem providencial**, no milagreiro, com a mesma fé que empresta ao “endireita da Esperança” e a outros curandeiros [48].

Henrique Galvão pretende com isso atribuir a crescente confiança e poderes de Salazar à capacidade de se colocar como o homem providencial, somada a uma vaidade e esperteza de “meter-se na concha” e se aproveitar de um “povo, cego e muito mais crédulo do que crente”[49]. A partir desse grande crédito popular e da passagem do poder do Exército a Salazar, desenvolve-se a chamada “colossal mentira” dita por Galvão. Escrevendo sobre a personalidade do “ditador das finanças” e utilizando-se dos recursos que indicam o mascaramento e o encobrimento da real pessoa, Salazar é acusado de nem ter originalidade em seu autoritarismo:

(...) a arte difícil de governar tornar-se-ia, na verdade, uma simples brincadeira de crianças perversas. Assim o fizeste. Demais, nem sequer tinhas de criar nada de novo. Primo de Rivera e Mussolini já tinham inventado uma parte e Staline outra. Apenas tinhas de adaptar, pois, ao contrário daqueles teus mestres tu eras o único que pessoalmente não se batera e nada arriscara e faltava-te o físico pimpão dos que se expõem e arriscam. Não podias copiar *ipsis literis*. Decalcaste com espírito medieval que te vinha de leituras, certamente apressadas, da idade-média criando um tipo reduzido e híbrido de Maquiável, Staline, Savonarola, Mussolini e Inquisidor do Santo ofício – tipo cruelmente caricatural. [50]

O tipo cruelmente caricatural é a seriedade ao mesmo tempo ridicularizada em se comparar António Salazar com famosos ditadores, mas de maneira mal feita e adaptada. É algo que nessa carta e nas posteriores obras são frequentes, como a constante comparação da PIDE com a Gestapo. A essa autoridade da pessoa mística, Galvão reforça a rusticidade dada a Salazar apelando à comparação com um tirano medieval; o Salazar “nu em pêlo” é a tirania em nome de Deus e da Nação. Para ilustrar esta característica, o autor fala da Constituição: feita sob encomenda a dois professores de Direito de confiança de Salazar; elaborada em segredo no silêncio dos gabinetes:

Um simulacro de plebiscito, que era já fruto de lições aprendidas em escolas nazis e fascistas, permitiu-te outorgar essa Constituição em ditadura, como expressão da livre vontade de um país e como ideário de um Estado republicano. Tu, que não ocultavas os teus sentimentos monárquicos![51]

Para Henrique Galvão a Constituição fora um “estatuto de uma ditadura orgânica” mais hermética e intangível do que a ditadura constitucional do Partido Republicano Português antes do 28 de maio. Ainda diz que “Sob a definição vaga de República unitária e corporativa, principiaria a desenvolver-se a longa e inextricável cadeia de sofismas e mistificações do sistema salazariano”[52]. Ao termo que ele mesmo grifa (“corporativa”), faz uma nota de rodapé na qual diz: “(1) – República **Corporativa** – um imbróglio político que, passados trinta anos, a avaliar pelos teus dizeres e os dos teus sequazes, nem tu sabes bem o que seja. Vidé: António Sérgio: ‘Cadernos de Antologia Sociológica’”[53]. Aparentemente o autor da carta não estabelece críticas ao corporativismo, mas ao corporativismo construído sob a batuta de Salazar, e mais pra frente em sua carta recomenda mais uma vez António Sérgio como um dos únicos grandes intelectuais portugueses.

Ao se descrever a administração do Executivo, deixa clara a subversão de valores que classicamente deveria reger o parlamentarismo. O Presidente do Conselho ficava como principal poder operante do Estado, o que caracterizava a autocracia do regime na figura de Salazar:

Os três órgãos clássicos da soberania – Legislativo, Executivo e Judicial – propunham-se assegurar a direção e funcionamento do Estado. Mas, como especiosa inovação, o Executivo aparecia diferenciado em dois poderes independentes: os do Chefe do Governo, não responsável perante o parlamento e com poderes próprios administrativos e legislativos quase discricionários; e o do Chefe do Estado cuja única atribuição válida consistia em nomear e demitir **livremente** (ah, este Manholas Junior!) o chefe do governo[54].

O sistema do Executivo como citado já havia sido denunciado na imprensa e no livro “*Salazar sans masque*” (“Salazar sem máscara”) de Martin Serrano. Obviamente a propaganda e a censura apoiadas pela repressão da PIDE impediam ao máximo a circulação de tais críticas que lançassem luz a um poderio quase absoluto do chefe da nação. Por isso mesmo havia aceitação popular do regime, mesmo sendo fato Salazar contar com uma certa impopularidade, ou falta de carisma em comparação a outros líderes de outros regimes parecidos. Tirar a máscara do ditador é o que conduz a carta, por tentar em suas palavras desnudar ou “colocar em cuecas” a rusticidade do Manholas na liderança do povo português e das colônias. Galvão, que viveu durante muito tempo em Angola, viajando para vários outros países africanos, afirma que Salazar “arrasou moralmente” as colônias. A censura, as campanhas do medo e a PIDE eram assim as únicas infraestruturas de qualidade que Portugal mandava para seus territórios ultramarinos, que nas denúncias faltam de tudo para uma vida “civilizada”, mas não falta repressão.

O que mais irrita Henrique Galvão em seus escritos como dissidente é a aliança de Portugal com os países democráticos. Caídos os regimes nazi-fascista, deveriam ser desmoralizados tudo o que seguisse esse caminho, mas como aponta o autor, Portugal ainda era aceito nas Nações Unidas; para ele era a traição da NATO e um jogo antidemocrático das democracias em tolerar Salazar, se nem com Francisco Franco na Espanha foi assim.[55] O chefe português manobrou estrategicamente a política portuguesa com o desprestígio dos fascismos, alertando o país para o “Ou Salazar ou o comunismo!”[56] pelo qual se tece a capa protetora patriótica e abrindo eleições presidenciais para dar uma face democrática ao regime, além de investir muito em propaganda no exterior. Na lógica do autor da carta, apenas um retoque na máscara ou uma reforma na fachada, que esconde por trás a verdadeira face do regime: “Mas como bulir na essência das coisas sem demolir todo o sistema – sem te demolir a ti,

que eras, afinal, a pedra angular da caranguejola”[57].

Com a abertura para eleições o regime poderia ser questionado com força, mas, como questiona o autor, como funcionar as eleições se a lei favorecia o ditador e se a oposição era desorganizada? A insatisfação pareceu maior do que o esperado pelo regime, “tremendo todos os edifícios das mentiras e mistificações”[58] e sendo colocados impedimentos no caminho das oposições. “Sou uma das testemunhas do que foi essa burla”[59], diz o capitão que puxa para o texto a sua posição como testemunha para dar a força de veracidade ao que está a argumentar. E essa força imprevista da oposição fez com que Salazar organizasse mais ostensivamente as perseguições tendo a PIDE como a elite da inteligência repressora do Estado. Foram lançadas as “campanhas de medo” na metrópole e nas colônias, tudo sob a cortina ou “fachada” democrática criada para não se criar problemas graves na diplomacia, apesar do até arrogante lema salazarista: “Orgulhosamente sós!”.

Sobre as eleições de 1958, afirma com toda a certeza que Humberto Delgado tinha vencido, mas que pela ação da manipulação e da censura, saiu como derrotado. As campanhas de pavor e as “ameaças aos estômagos” encobertos pela imagem no exterior são o que, para Galvão, permitiram os abusos do regime em um império já não mais gozando da relativa tranquilidade financeira de quando Salazar assumiu a pasta de Finanças. Ao que diz na carta, as gritantes desigualdades e a precariedade faziam surgir variadas vozes de oposição na “massa” dos portugueses [60]. Humberto Delgado, que na carta é outra testemunha por ter conhecido o Estado Novo por dentro, falou em “liberdades cívicas de país civilizado, elevação do nível moral, intelectual e econômico do povo, transição pacífica para uma situação de normalidade política”[61] e perdeu as eleições para a censura, pois contou com a maioria dos votos da nação – Galvão parece ter certeza disso. Afirma que Salazar teve atrito até com a Igreja, que sempre esteve ao seu lado e que no Exército dominado pelos seus ordenados de confiança, reinava uma apatia que se estourasse, Salazar caía, pois “só falta ele [o Exército] para a nau de Salazar afundar de vez” [62].

A partir de uma memória que se sucede sobre Humberto Delgado, Galvão segue a carta dizendo que para por aí sua retrospectiva mais geral sobre o regime e expõe detalhadamente sete eixos principais de críticas marcadas de A a G. Começa todas sintetizando o que geralmente se diz sobre o regime, contrapondo com o que se denuncia, antecipado por “**tua verdadeira obra**” em cada item iniciado.

Em *A*, denuncia a aridez mental e o ínfimo nível de vida impostos pelo regime; os três FFF: fado, futebol e Fátima, que mantém a população acomodada e inoperante sob o peso forte do *medo*. Em *B* seu conservadorismo é característico pela necessidade de uma moralização política. Aqui expõe a administração corrompida e a proteção desta pela censura, permitindo abafamento de escândalos, inquéritos arbitrários, “ejaculações legislativas” e a organização corporativa como “velhacoito de parasitas e imbecis”[63]. Escreve de si na terceira pessoa ao citar os relatórios de denúncias de abusos em África, caso de honestidade – aqui sua escrita de si lapidando a si mesmo – que se contrapõe a corrupções de homens do governo acobertadas pela censura. Em suma, a política como negócio em Portugal que povoava as empresas de participação do Estado com homens do governo e criava um sistema de dependência política na qual as empresas privadas recrutavam para cargos diretores políticos influentes para obterem favores e concessões do governo[64]; a corrupção e a *imoralidade administrativa*. Em *C* denuncia uma das coisas que mais o angustia no salazarismo, que é a corrupção e *desmoralização do Exército*: servia como guarda pretoriana do regime e não à Pátria ou ao Povo, como se diz; a ética militar, que para Galvão deveria ser supra-política[65], tornou-se vendida ao ditador. Havia a falta do “sentimento militar” no regime, com a seleção de escolhidos para os cargos de comando, criando uma “aristocracia fardada” embasada na degradação do generalato que recebia recompensas políticas.

No ponto *D* expande essa denúncia da seleção de homens por Salazar. Aqui fala do governo de modo geral, como uma *governança de mediocres*, estrategicamente escolhidos a dedo para servir ao regime. Sarcasticamente Henrique Galvão diz que inteligência em Portugal só havia na oposição, pois a aridez e a estagnação intelectual por meio da censura dominavam o povo e os administradores. No item *E* Galvão demonstra seu catolicismo – como fez também posteriormente em “*Da Minha luta contra o salazarismo e o comunismo em Portugal*”(1965).

Critica a corrupção da Igreja em Portugal como uma escora do Partido Único[67], como exemplo da Igreja de S. Domingos com suas manifestações mais políticas a favor de Salazar que religiosas. Da sua posição como católico e como o escritor da carta que ataca o regime, Galvão chama Salazar de anticristão, denunciando ameaças a sacerdotes divergentes e apelando para a difamação da oposição democrática como anticristã. “Nunca foste um verdadeiro católico”, diz[68]. E mais, conta como as eleições contribuíram para a impopularidade de Salazar com os católicos, apontando para a reação contra a *corrupção dos sentimentos religiosos*.

A “verdadeira obra” exposta em *F* já vem com a carga de autoridade de testemunho dada de início por Henrique Galvão: é sobre a *ação política no ultramar*: “Creio que tenho certa autoridade para a tratar. Não fui eu, ao longo de quinze anos, Inspetor Superior da Administração Colonial? Não as percorri e estudei de lés a lés?”[69]. Aqui Galvão mostra que apesar de ter sido propagandista da política colonial de Salazar, mas depois um grande opositor, não significa que tenha se tornado um anticolonialista. Pelo contrário, era crítico apenas da política salazarista no ultramar, idealizando propostas de se desenvolver as colônias sob o comando de Portugal, pois sempre fora um defensor da adaptabilidade e superioridade do homem português – quando era um salazarista e quando não o era mais; era um defensor do Império e dos “indígenas” como legítimos portugueses[70]. O que o seu nacionalismo atacava aqui era a “desportugalização de uma política ultramarina”[71], em suma, a sua luta para a moralização da ordem, e não seu desmoronamento. Acusa e denuncia o que chama de “colonialismo de velho estilo”, no qual apenas se alterava o rótulo – de Colônias para Províncias Ultramarinas, como previa o Acto Colonial que Galvão elogiava em seus tempos de salazarista – mas permaneciam práticas arcaicas de exploração em uma nova época. Denuncia o racismo[72], a eugenia, a má administração, os gastos excessivos, a ação da PIDE em África e Ásia, as promessas não cumpridas de barreiras aduaneiras, o recrutamento desumano de trabalhadores, a hemorragia demográfica, o trabalho compulsório, a falta de assistência sanitária, médica e educacional e sobretudo a falta de moralidade administrativa. Em suma, retoma as suas denúncias que os fizeram romper de vez com o regime com o Relatório de Huíla em 1947 [73]. Deixa clara sua ideia de julgar os anticolonialistas africanos incapazes de levar seus países, sendo isto responsabilidade de administradores brancos portugueses, não para independência mas para a consolidação do Império, em uma “República Federal euro-africana” ou comunidade de povos euro-africanos.

Em *G* segue esta linha de como deve ser uma governança moral, ágil e moderna ao se tratar de como é em Portugal os *setores fundamentais de qualquer governo*. Para denegrir o salazarismo, chega a apontar pontos positivos em outros regimes totalitários nesses setores. Aqui fala da *alimentação e nível de vida*, que em Portugal apresentava dieta pobre, na média, típico de um país subdesenvolvido. Há uma situação gritante de desigualdade social e o desemprego é grande. Quanto à relação capital-trabalho, afirma que em Portugal a repartição do produto líquido é de 61% ao capital e 39% ao trabalho, enquanto nos “países mais nitidamente capitalistas” o trabalho é remunerado com 60 a 70%[74]. Já em Portugal, investe-se prioritariamente em propaganda e censura. *Saúde pública e assistência social* mostram-se inoperantes e decadentes, em parte demonstrado pela própria carência nutritiva da população. Como testemunho em África e até como prisioneiro no Hospital Santa Maria em Lisboa, o autor denuncia péssimas condições dos hospitais e de sanitarismo. Preços altos de remédios, doença como negócio de Estado e os altos gastos com funcionalismo da Assistência e Previdência social também são fatores que Galvão acusa.

Ainda, quanto à *instrução*, ou educação, acusa-se outro negócio de Estado: mais um “fachadismo”[75]. O ensino na metrópole e nas colônias é atrasado e sem conexão com o meio social e questões da economia que dependem do ensino. Claro, para um tecnocrata como Galvão, um descaso com a educação é o descaso com a agilidade do desenvolvimento econômico, no que diz respeito à formação de mão-de-obra qualificada ou gestores aptos para uma competição no mercado mundial. As instituições de ensino na descrição de Galvão são “máquinas de fazer chouriços”[76]. Investiu-se na organização da Mocidade Portuguesa como instituição fascista à semelhança da juventude hitlerista, legislou Salazar pessoalmente – segundo diz nosso autor – nas disciplinas acadêmicas e quanto mais se tentou mudar, mais as coisas continuaram como sempre foram[77]: a ideia da reforma que é uma desreforma[78].

Sobre a *Justiça* o lamento do autor não deixa de ser grande. O que considera como o mais civilizado e

autônomo órgão político para atender com dignidade os direitos dos cidadãos, em Portugal estava submetido ao chefe como “o mais monstruoso dos negócios”[79], reduzindo o Poder Judicial em dependência ao Ministério da Justiça e PIDE, demonstrando uma falta de juízes sérios no país, ou seja, uma situação em que até esses magistrados eram escolhidos pelo Executivo. “A PIDE é o macho e os tribunais são os masoquistas”[80] é o recurso delinquente quase sádico de se interpretar uma realidade política e social pelo qual Henrique Galvão ridiculariza e lamenta a situação da justiça portuguesa.

Nessa parte – que propositalmente vem para fechar sua análise – Galvão não deixa de fora seu ressentimento quanto aos seus julgamentos arbitrários e a portas fechadas, pois os cita, exemplificando com o decreto nº 40.550 que diz em seu artigo 7º:

(...) dispõe que são sujeitos a medidas de segurança de internamento em estabelecimento adequado por período indeterminado de seis meses a três anos, prorrogável por períodos sucessivos de três anos, aqueles que fundem movimentos, associações ou agrupamentos de carácter comunista ou que exerçam atividades subversivas e bem assim os que com ou sem prévio acordo seguirem as suas instruções? Isto num país em que a Constituição não admite penas perpétuas e a expressão ‘atividades subversivas’ não tem significado jurídico expresso; um país em que tu consideras subversivas quaisquer manifestações contrárias à tua política e à tua pessoa.[81]

E quanto à obra política-econômica do regime Galvão prefere não discutir mais, mas recomenda leituras para se entender os problemas portugueses nessas áreas. Entre essas recomendações estão comunicações públicas em Congresso da União Nacional, discursos, artigos, aviso Prévio em Assembleia Nacional e a obra de António Sérgio. Encerra com três palavras para descrever a “*verdadeira obra*” salazariana: falência, desastre, confusão.

Como encerramento de sua carta após a exposição da dita “*verdadeira obra*” e clamando para que o assunto não seja esgotado, Henrique Galvão faz suas ponderações finais. De pontos positivos no regime, só aponta as realizações materiais, como as obras de infraestrutura, mas deixa claro que foram feitas sob condições suspeitas de administração e, sobretudo como gigantes obras que deslumbrariam o povo português como uma típica ação de governo totalitário que visa criar uma boa opinião pública sobre si para manter o controle. “O que perdemos em alma, juntamos com dinheiro (...) seria ingênuo nos distrairmos de tais feitos”[82], refere-se ao fato de Portugal ter saído da crise de um capitalismo liberal. Elogiar tais feitos seria, de certa forma, elogiar a si mesmo também, pois o autor fora participante nesses debates da instauração do Estado Novo e até tratou dessas questões em forma de propaganda em diversas obras, entre elas um panfleto chamado “*O Império*”[83]. Mas não basta e reitera que as grandes obras públicas não costumam ter finalidade social e são álibis de déspotas.

Para encerrar, Henrique Galvão demonstra o que fez em toda a sua carta para além de sua legítima visão de mundo: o ressentimento. Utiliza-se do seu valor como testemunho, como quem entende do assunto por ter sido alguém de dentro do Estado Novo; tentar dar valor à sua veracidade como a verdade dos fatos. Como *escrita de si*, caracterizo quando Henrique Galvão assume um papel de lapidário de si mesmo: dá a sua verdade, pede remissão de seus pecados, pede confiança e, na posição de um homem honesto e injustiçado, se coloca na posição de um dos maiores – se não o maior – opositor de Salazar. Só encontra a possibilidade de se lapidar ao denegrir Salazar. *A escrita de si* é dependente da *escrita do outro* na medida em que a identidade de Galvão como dissidente, nacionalista, democrático e injustiçado só se é construída com um Salazar tirano, antiportuguês e autoritário. Amalgamando tudo com seu poder de testemunho, para dar valor à sua visão de mundo, Galvão só poderia afirmar sua *verdade* apontando Salazar como a *mentira*; só pode ser *certo* se seu inimigo é o *errado*. E disso tudo o perdão pelos atos passados se torna a garantia de que aí escreve um novo homem no máximo de consciência possível de um novo grupo: a oposição democrática conservadora.

NOTAS:

[1] ANTÃO, Nelson Moreira; TAVARES, Célia Gonçalves. Henrique Galvão e o assalto ao Santa Maria. Percurso de uma dissidência do Estado Novo e suas repercussões internacionais. *Revista Sapiens*, nº0, dez. 2008, p.84-110.

[2] GALVÃO, Henrique. *Minha Cruzada Pró-Portugal*: Santa Maria. São Paulo: Martins, 1961

[3] Disponível no acervo digitalizado da Biblioteca Nacional de Portugal pelo endereço <http://purl.pt/11440>

[4] ANTÃO, Nelson Moreira; TAVARES, Célia Gonçalves. Henrique Galvão e o assalto ao Santa Maria. Percurso de uma dissidência do Estado Novo e suas repercussões internacionais. *Revista Sapiens*, nº0, dez. 2008, p.84-110.

- [5] GALVÃO, Henrique. *Minha Cruzada Pró-Portugal*: Santa Maria. São Paulo: Martins, 1961
- [6] Militar e escritor português, de várias obras literárias e políticas publicadas. Uma delas, a “monografia do Império”, com Henrique Galvão.
- [7] Organização do Tratado do Atlântico Norte
- [8] Organização das Nações Unidas
- [9] Associação Européia de Livre Comércio
- [10] Gestor desde a Primeira República, tendo até ocupado o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros (1928-1929). Candidato da oposição em 1951, acabou por desistir alegando impossibilidade de tal empreitada em plena ditadura salazarista.
- [11] Polícia Internacional e de Defesa do Estado
- [12] ANTÃO, Nelson Moreira; TAVARES, Célia Gonçalves. Henrique Galvão e o assalto ao Santa Maria. Percurso de uma dissidência do Estado Novo e suas repercussões internacionais. *Revista Sapiens*, nº0, dez. 2008, p.84-110.
- [13] Sargento de Marinha e ex-combatente da Guerra Civil Espanhola como militante do PC Espanhol.
- [14] RABY, D.L. O DRIL (1959-61). Experiência única da oposição do Estado Novo. *Penélope*, nº16, 1995, p.63-86.
- [15] ANTÃO, Nelson Moreira; TAVARES, Célia Gonçalves. Henrique Galvão e o assalto ao Santa Maria. Percurso de uma dissidência do Estado Novo e suas repercussões internacionais. *Revista Sapiens*, nº0, dez. 2008, p.84-110.
- [16] GALVÃO, Henrique. *S.O.S. Portugal: Depoimento Torpedeado*. São Paulo: F.A.P.L.E., 1962.
- [17] GALVÃO, Henrique. *Da minha luta contra o Salazarismo e o Comunismo em Portugal*. São Paulo: F.A.P.L.E., 1965
- [18] Ao final da carta escreve “Algures, 1º de fevereiro de 1959”.
- [19] O Movimento Nacional Independente (M.N.I.) foi formado por Humberto Delgado, também participante da Operação Dulcinea (código do assalto ao pacote) e também exilado no Brasil, porém desde abril de 1959. In.: RABY, D.L. O DRIL (1959-61). *Experiência única* na oposição ao Estado Novo.
- [20] GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- [21] GOLDMANN, Lucien. *Dialética e Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- [22] GALVÃO, Henrique. *Carta Aberta a Salazar*. Caracas: Movimento Nacional Independente, 1960.
- [23] Idem.
- [24] MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Entre o fomento e o condicionamento: a economia portuguesa em tempos de crise (1928-1945). In: Francisco Carlos Palomanes Martinho; Flávio Limonic. (Org.). *A Grande Depressão: Política Economia na Década de 1930 - Europa, Américas, África e Ásia*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- [25] GALVÃO, Henrique. *Carta Aberta a Salazar*. Caracas: Movimento Nacional Independente, 1960.
- [26] RABY, D.L. *Fascism and Resistance in Portugal: communists, liberals and military dissidents in the opposition to Salazar 1941-1974*. Manchester: Manchester University Press, 1988.
- [27] GALVÃO, Henrique. *Carta Aberta a Salazar*. Caracas: Movimento Nacional Independente, 1960.
- [28] OTAN.
- [29] Raby, D.L. O problema da unidade antifascista: o PCP e a candidatura do general Humberto Delgado, em 1958. *Análise Social*, vol. XVIII, p.869-883, 1982.
- [30] Alberto Franco Nogueira, Ministro dos Negócios Estrangeiros e homem de grande confiança de Salazar, foi protagonista de Portugal defendendo os interesses do regime na ONU quanto ao assunto. Escreveu sobre isso: XXX. Henrique Galvão também escreveu, mas na perspectiva de opositor, o livro “S.O.S Portugal: depoimento torpedeado”.
- [31] GALVÃO, Henrique. *Carta Aberta a Salazar*. Caracas: Movimento Nacional Independente, 1960.
- [32] O grifo é do próprio Henrique Galvão.
- [33] Idem.
- [34] GALVÃO, Henrique. *Carta Aberta a Salazar*. Caracas: Movimento Nacional Independente, 1960.
- [35] Idem.
- [36] Idem.
- [37] GALVÃO, Henrique. *Carta Aberta a Salazar*. Caracas: Movimento Nacional Independente, 1960.
- [38] Idem.
- [39] GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- [40] Idem.
- [41] GALVÃO, Henrique. *Carta Aberta a Salazar*. Caracas: Movimento Nacional Independente, 1960.
- [42] BAIÓIA, Manuel. A Ditadura Militar na historiografia recente. *Penélope*, nº14, 1994, p.201-217.
- [43] GALVÃO, Henrique. *Carta Aberta a Salazar*. Caracas: Movimento Nacional Independente, 1960.
- [44] ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- [45] GALVÃO, Henrique. *Carta Aberta a Salazar*. Caracas: Movimento Nacional Independente, 1960.
- [46] Vantagens, porém, relativas, pois a crise atingiu Portugal. Como em 1931 com o término de transferências de capital do Brasil; a queda de emigração, que fez com que Portugal necessitasse absorver a mão-de-obra que tradicionalmente saía do país; queda das cotações das principais exportações do ultramar; baixos preços do trigo externo e crise no mercado agrícola interno. Para alguns, mais conservadores como Salazar, representava os perigos de uma economia predominantemente industrializada, e para outros representava o contrário, a necessidade de superar o ruralismo dominante. In.: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *Entre o fomento e o condicionamento: a economia portuguesa em tempos de crise (1928-1945)*.

- [47] GALVÃO, Henrique. Carta Aberta a Salazar. Caracas: Movimento Nacional Independente, 1960.
- [48] Idem.
- [49] Idem.
- [50] GALVÃO, Henrique. Carta Aberta a Salazar. Caracas: Movimento Nacional Independente, 1960.
- [51] Idem.
- [52] Idem.
- [53] Idem.
- [54] GALVÃO, Henrique. Carta Aberta a Salazar. Caracas: Movimento Nacional Independente, 1960.
- [55] Idem.
- [56] Para o conservadorismo de Galvão, um duplo perigo: Salazar ou comunistas. Seu livro “*Da Minha luta contra o salazarismo e o comunismo em Portugal*”(1965) é mais anticomunista que anti-Salazar. Justifica-se contra as acusações a ele dadas pelos salazaristas de que seria um comunista. Aliás, seu maior desentendimento com Humberto Delgado foi a aproximação do “General sem medo” ao PCP.
- [57] GALVÃO, Henrique. Carta Aberta a Salazar. Caracas: Movimento Nacional Independente, 1960.
- [58] Idem.
- [59] Idem.
- [60] Idem.
- [61] Idem.
- [62] Interessantemente Galvão, que fora um capitão do Exército e grande defensor da corporação, diz algo que se assemelha ao que acontecerá em 1974 com a Revolução dos Cravos, quatro anos depois de sua morte no Brasil. Ele diz “Creio que esta parte sã da tropa não deixará de se manifestar também, vencendo finalmente a inércia de uma disciplina imposta por generais sem prestígio nem autoridade moral e as resistências de um costume viciosamente instalado. O Exército não pode nem deve ser político. Mas tem, nesta conjuntura, de refazer o 28 de Maio que tu lhe escamoteaste e defender a sua dignidade ferida”. In.: Carta Aberta a Salazar. Caracas: Movimento Nacional Independente, 1960, p.49. Coincidência ou não, pode ter sido um adiantamento do que se pensava nas camadas de oficiais médios mais de 15 anos antes dos Cravos. É algo a ser investigado.
- [63] GALVÃO, Henrique. Carta Aberta a Salazar. Caracas: Movimento Nacional Independente, 1960.
- [64] O Estado corporativo tem essa característica, mas Galvão acusa o regime por tê-la de maneira imoral.
- [65] Tudo o que estudamos sobre Forças Armadas, seja de motins, golpes ou revoluções, me fazem crer que há muito – ou tudo – de político na ética ou nas hierarquias militares. Galvão, como um conservador, diz isso em nome da Pátria e do povo em harmonia, não em classes antagônicas, portanto é de se entender porque considerava essa ética como supra-política.
- [66] Segundo o jornalista americano Edmund Stevens na Harper’s magazine de agosto de 1952: “A ditadura tem rarefeito a cultura em Portugal pela demissão extensa de professores das escolas cujas idéias não eram conforme os pontos de vista oficiais”. In.: Carta Aberta a Salazar. Caracas: Movimento Nacional Independente, 1960, p.67.
- [67] Relação que se lê em: BARRETO, José. Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar. *Análise Social.*, vol. Xxix (125-126), 1994, pp.287-317.
- [68] GALVÃO, Henrique. Carta Aberta a Salazar. Caracas: Movimento Nacional Independente, 1960.
- [69] Idem.
- [70] GALVÃO, Henrique. Colonialismo, Anticolonialismo, Autodeterminação. Rio de Janeiro: Germinal, 1961.
- [71] GALVÃO, Henrique. Carta Aberta a Salazar. Caracas: Movimento Nacional Independente, 1960.
- [72] Não que Galvão não tenha sido um racista, pois é discutível. Afirmar o lusotropical, a adaptabilidade do português com povos de cor, não significa ser um antirracista. Galvão diz isso em relação às faltas de tratamentos ou aos castigos físicos, mas sempre apresentou em sua visão de mundo o homem branco como superior, responsável pela direção dos “povos pretos” rumo à “civilidade”.
- [73] Relatório de Huíla: “Rapport Galvão I”, 22/08/1947. Disponível no acervo digital da Fundação Mário Soares em http://www.fm-soares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=Documentos&nome_da_pasta=04356.001.004&numero_da_pagina=1
- [74] A esta “modernização” das relações sociais de exploração capitalista, interpreto Galvão como o tecnocrata que enxerga Portugal travado em que vejo mais-valia absoluta, sendo que a mais-valia relativa é uma relação de expropriação dita mais “avançada” no capitalismo, com maior produtividade e maior tempo incorporado no trabalho. Henrique Galvão como um gestor me parece assim criticar o capitalismo retrógrado de Portugal em vistas a um sistema que seja mais moderno e pujante.
- [75] GALVÃO, Henrique. Carta Aberta a Salazar. Caracas: Movimento Nacional Independente, 1960.
- [76] GALVÃO, Henrique. Carta Aberta a Salazar. Caracas: Movimento Nacional Independente, 1960.
- [77] “plus ça change plus c’est pire que la même chose”. In.: GALVÃO, Henrique. Carta Aberta a Salazar. Caracas: Movimento Nacional Independente, 1960.
- [78] Idem.
- [79] Idem.
- [80] Idem.
- [81] Os grifos são de Henrique Galvão. Idem.
- [82] GALVÃO, Henrique. Carta Aberta a Salazar. Caracas: Movimento Nacional Independente, 1960.
- [83] GALVÃO, Henrique. O Império. Lisboa: SPN, 1938.

© 2002 - 2011 Revista Cantareira - Todos os direitos reservados.
Os direitos dos artigos publicados nesta edição são propriedade exclusiva dos autores.
Esta obra pode ser obtida gratuitamente no endereço web da revista. Pode ser reproduzida eletronicamente ou impressa, desde que mantida sua integridade.
